

A TEORIA KEYNESIANA, O BRASIL E A NARRATIVA “ECONOMIA VERSUS SAÚDE” DIANTE DA PANDEMIA: COMO AS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS ANTICÍCLICAS TÊM SIDO UTILIZADAS?

Eduardo Brandão Ornelas¹

Resumo: O presente artigo² tem o objetivo principal de analisar em que medida a área econômica do governo brasileiro tem adotado (ou não) estratégias e políticas anticíclicas, diante da eclosão da pandemia vinculada ao COVID-19, identificando o que tem sido adequado ou pertinente, bem como falhas e potenciais soluções. O presidente da República manteve-se em constante conflito com diversos governadores e a própria OMS – Organização Mundial da Saúde –, além de parte significativa dos médicos e da mídia especializada, chegando ao ponto de, em determinados momentos, minimizar o vírus, a pandemia e seus impactos, reduzindo-os ao termo “gripezinha”. Por sua vez, diante de forte pressão social, o Ministro Paulo Guedes e os principais economistas de seu staff – apelidados de Chicago Boys –, precisaram tomar medidas governamentais bem pontuais, tais como a redução do compulsório, somadas a outras nada convencionais a governantes de orientação neoliberal, por exemplo: a liberação de auxílios emergenciais e de linhas destinadas a pagamentos parcial de salários de trabalhadores (condicionadas a não demissão de trabalhadores pelas empresas beneficiadas), no entanto, essas medidas – mesmo se juntarmos todas – continuam a ser consideravelmente limitadas, se comparadas com aquilo que a teoria de Keynes estabelece. Também é fato que o país perdeu muito com a própria extinção do Ministério do Planejamento. Por fim, apesar de John Maynard Keynes ser o principal referencial teórico deste artigo, em virtude da temática primordialmente econômica, este também busca averiguar o suposto conflito noticiado pelas mídias entre “economia” e “saúde”, quando da discussão sobre distanciamento social, isolamento, lockdown ou abertura seletiva do comércio e dos serviços. Especificamente para essa análise veridictória, será utilizado o arcabouço teórico da semiótica discursiva, especialmente em Algirdas J. Greimas e Eric Landowski. Defender a saúde e a vida é fundamental. Em algum momento, será desenvolvida uma vacina específica para tratar os doentes, que viabilize uma atuação preventiva. Somente após isso, será possível retornar ao trabalho e ao estudo presenciais. É uma questão de tempo.

Palavras-chave: *Chicago Boys*; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Neoliberalismo; Reservas internacionais; Teoria keynesiana.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, História, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), bolsista CAPES, e-mail: edub2001@uol.com.br.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

1. Introdução

Apesar do fato do fato de que pandemias como esta (do COVID-19) estejam vinculadas, até certo ponto, ao inesperado, remetendo-nos a uma série de rupturas com relação às rotinas de nossa vida cotidiana, seus efeitos na esfera econômica acabam desencadeando um ciclo econômico (tal como analisado por Keynes) que pode tomar proporção global. Inclusive, para exemplificar, logo em um primeiro momento, a pandemia levou-nos uma retração da economia brasileira, com redução do emprego, da renda e do consumo – neste caso com exceção daquele consumo básico destinado à sobrevivência³, destacadamente alimentos e produtos de higiene e limpeza. Os efeitos sobre o nível de produção e de consumo foram enormes no país e no globo como um todo, afetando exportações e importações.

A imprevisibilidade contida na pandemia e seu *modus operandi* na sociedade acabam por contribuir ao fortalecimento daquilo que Keynes qualifica como ciclos econômicos.

No caso do Brasil, procurando não julgar o governo Bolsonaro, esse processo se agravou, pois, com a extinção do Ministério do Planejamento, o planejamento de longo prazo parece ter sido relegado a um segundo plano. Para o Ministério da Economia, que absorveu os assuntos da pasta, o que mais importava, até a eclosão da pandemia, eram as metas de inflação, a redução da taxa de juros básica e de entraves ao investimento privado e o superávit primário (do governo).

Em outros tempos, o Ministério do Planejamento era o principal responsável dentro da estrutura do governo federal por refletir, planejar e implementar projetos com foco no futuro da economia nacional, no longo ou longuíssimo prazo, para que se atingisse uma condição socioeconômica menos injusta à grande maioria da população e um *Estado do bem-estar social*.

Autores como Celso Furtado e John Maynard Keynes foram referências muito importantes àqueles que atuavam nos principais escalões deste ministério. Mesmo assim e mesmo que a democracia se tenha fortalecido nas duas últimas décadas e que as distorções sociais tenham sido reduzidas até a metade da segunda década do século XXI, em especial por conta da implementação do Bolsa-Família, a pandemia do COVID-19 expôs que a vulnerabilidade social poderia tornar-se muito maior e mais grave.

Em virtude disso, e apenas como exemplo inicial, os economistas neoliberais do governo brasileiro criaram o “auxílio emergencial” de R\$ 600,00, de forma a mitigar os riscos de uma convulsão social, já que parte significativa dos cidadãos precisariam se manter em isolamento social, sem renda vinculada ao seu trabalho.

3 Em tempos de guerra ou mesmo de pandemia, há uma tendência natural para que as pessoas estoquem alimentos, produtos de higiene e limpeza, além de determinados remédios. Isto pode gerar um aumento de preços sobre estes grupos de produtos básicos à sobrevivência, enquanto que outros (menos necessários ou supérfluos) sofrem uma queda acentuada de preços.

A seguir, estes e outros pontos são abordados, no entanto é pertinente ressaltar que pandemias, assim como os momentos de ciclos econômicos, podem gerar oportunidades de mercado bem pontuais (para investimento ou mesmo geração de renda). Na sociedade atual, por exemplo, ampliou as vagas na área de saúde (médicos, enfermeiros e profissionais de apoio) e na pesquisa científica especializada (pesquisadores em biomedicina, química e afins), serviços em geral prestados via internet, serviços de logística e entrega (por mais que existam críticas a determinadas atividades de *delivery* hoje existentes). O que se pretende esclarecer com isso é que algumas áreas, em termos de vagas de trabalho, foram afetadas de maneira positiva, apesar de parecer estranho.

2. Pressupostos da teoria keynesiana

Antes de abordar outras questões, é fundamental destacar que economistas neoliberais tendem a acreditar que o Estado deve deixar a economia fluir com o mínimo de intervenções (com base na “mão invisível” de Adam Smith), de modo a reduzir os potenciais entraves (sejam eles regulatórios, tributários, legais, logísticos, entre outros) à iniciativa privada, estando hoje mais preocupados com as temáticas relativas à inflação e ao regime de metas, à taxa básica de juros da economia, ao endividamento público e a promover privatizações. Em outras palavras, a equipe econômica do atual governo está naturalmente mais focada em diminuir as barreiras enfrentadas pela iniciativa privada do que atingir o pleno emprego e agir de modo a construir um Estado de bem-estar social, utilizando, quando necessário, estratégias e políticas anticíclicas (itens fundamentais na teoria de Keynes).

Não obstante, ao mesmo tempo que o capitalismo é um sistema extremamente dinâmico e capaz de gerar excedentes, cria inúmeras contradições e desigualdades socioeconômicas, levando a sociedade à ocorrência de crises cíclicas. Isto posto, John Maynard Keynes focou-se na análise do emprego, do juro e do dinheiro, bem como fenômenos como inflação e ciclos econômicos, tendo assim especial preocupação em como mitigar os impactos nocivos gerados durante depressões e se haveria alguma forma para encurtá-las.

Para dar início às análises efetuadas por Keynes, ele rompeu com a Lei de Say, esclarecendo que:

a preferência pela liquidez ou pela manutenção de “ativos líquidos” (...) pode, em circunstâncias como a anunciada, constituir-se numa alternativa vantajosa à demanda de novos equipamentos ou de bens de consumo. Segundo a Lei de Say, essa situação – com mercados livres – seria revertida pela queda da taxa de juros, de salários e preços. Keynes então nos lembra que a queda na taxa de juros, ainda que importante para recuperar o nível de investimentos, poderia não funcionar se a eficiência marginal do investimento caísse mais rapidamente que a taxa de juros. E essa queda poderia ser engendrada pela própria queda de salários e preços a qual deprimiria mais

ainda a eficiência marginal do capital. E este processo terminaria também por se constituir num desastre social, por promover ociosidade do equipamento instalado e desemprego. Isso representa uma severa crítica a um dos mitos sagrados da moral burguesa: não funciona, portanto, a convergência entre o interesse individual (no caso a preferência por liquidez) e o coletivo (o máximo emprego possível da força de trabalho). E este conflito de interesses é produto do funcionamento dos mecanismos automáticos dos mercados livres (KEYNES, 1983, p. XVII).

Keynes, assim, nos demonstra que o Estado pode romper com essa “armadilha recessiva”, seja fazendo déficits orçamentários, emitindo títulos ou outros mecanismos disponíveis apenas ao governo. Também se sabe, hoje, que nem todo déficit do governo assim como nem todo investimento são saudáveis.

Keynes esclarece ainda que “poupança significa o excedente de rendimento sobre os gastos de consumo. Assim sendo, as únicas dúvidas possíveis a respeito do significado de poupança são as dúvidas que podem originar quer o sentido de renda quer o sentido de consumo (KEYNES, 1983, p. 52). Assim, de certa forma, pode-se inferir que as reservas internacionais acabam por constituir uma espécie de poupança externa e poderia pelo menos parcialmente ser utilizada em momentos como este.

Por fim, é fato que o Ministério da Economia, nos últimos tempos, não tem contado, em seu primeiro escalão, com a colaboração e voz ativa de economistas keynesianos, pós-keynesianos ou mesmo desenvolvimentistas (apenas como exemplos), assim como não mais existe um Ministério do Planejamento. Seria importante dispor de opiniões com formação e visão distintas.

3. O Brasil e a pandemia do COVID-19

O Brasil é o 5º maior país do mundo em extensão territorial, com uma população estimada em mais de 212 milhões⁴ e conta com uma economia bem complexa. Além das atividades econômicas tipicamente urbanas, que englobam a maior parte do serviço público, das indústrias, do comércio e serviços do país, este dispõe de um setor primário, o que inclui desde a agricultura familiar e de subsistência até o agronegócio altamente profissional e mecanizado, assim como uma pecuária bem diversa voltada para o abastecimento tanto do mercado nacional como externo. Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar o extrativismo mineral, responsável por muitas das divisas recebidas pelo país.

Em primeiro lugar, o país precisa de determinadas reformas, com destaque à tributária, à administrativa e à trabalhista. Por outro lado, não deverá ser atividade das mais

4 IBGE, disponível em < <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>, acesso em 09/10/2020.

simples conciliar interesses no Congresso Nacional, com um planejamento do Executivo, de forma a trazer benefícios reais à classe trabalhadora e aos mais humildes, promovendo um desenvolvimento econômico e social mais justo.

Em segundo lugar, perdeu-se muito com a extinção do Ministério do Planejamento em 01/01/2019. Em outros tempos, essa pasta era responsável por refletir e planejar o futuro, incluindo, dentre outros, a administração governamental, a gestão de projetos e o controle de orçamentos.

Nesse contexto, seria utopia acreditar que, dada a conjuntura atual, possamos atingir rápida e facilmente o *pleno emprego*, contudo seria muito importante que a área econômica conseguisse manter o nível de emprego em um patamar minimamente aceitável, para, buscar uma retomada de forma a atingir aumentos no nível de renda tão logo possível (depois do desenvolvimento uma cura para os enfermos e de uma vacina para todos), objetivando melhorar os índices econômicos e sociais, para construirmos, ao longo do tempo, um *Estado do bem-estar social*.

Assim, em terceiro lugar (não necessariamente nessa ordem), já que essas questões não constam dentre as preocupações teóricas mais imediatas de neoliberais, consequentemente, as atenções da área econômica (do governo) originalmente vinculavam-se com maior profundidade ao regime de metas e à inflação, a questão da desestatização e privatização, o endividamento público e a relação “dívida/PIB”, enquanto que acabou por deixar o dólar disparar, mesmo dispondo de cerca de USD 350 bilhões⁵ (dados de setembro/2020) em reservas internacionais. Inflação é algo que interessa a economistas das mais distintas linhas⁶, no entanto, no que se refere à economia brasileira, há uma tendência de estabilidade inflacionária, se o dólar e as *commodities* – com preços estabelecidos em dólar – não se valorizarem (o que dependerá sobretudo da China).

O Ministério da Economia e o Banco Central do Brasil, cada qual conforme suas atribuições funcionais e legais, teriam por obrigação objetivar levar a economia para um novo ponto de equilíbrio (ou o mais próximo possível deste). Um exemplo em sentido contrário é o fato de a área econômica ter permitido a cotação do dólar disparar da maneira como ocorreu durante a partir de março de 2020. De certa forma, o setor público, dispondo de reservas internacionais consideráveis, atuou e fosse um investidor do mercado financeiro, autovangloriando-se por estar posicionado em dólar, chegando a fazer, em setembro/2020, um repasse de lucro do BACEN – Banco Central do Brasil – para o Tesouro.

5 Banco Central, disponível em <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reservasinternacionais>>, acesso em 08/10/2020.

6 Com relação à inflação, é importante esclarecer que, apesar de ter sido detectada uma tendência de aumento de preço de alimentos e produtos de limpeza em um primeiro momento, devido a um pânico inicial, os números oficiais de inflação demonstram que permanecemos abaixo da meta.

O fato é que, em um momento de repleto de incertezas e de total imprevisibilidade, sobretudo a partir de março de 2020, e de forma repentina, muitos trabalhadores foram perdendo seus empregos, o PIB – Produto Interno Bruto –, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e o nível de renda caíram drasticamente, a cotação do dólar disparou, e a tudo isso se soma a piora na relação “dívida/PIB”. Desta forma, apesar das medidas implementadas pelo governo, de março a junho de 2020, no Brasil, os únicos dados macroeconômicos positivos foram a inflação abaixo da meta e a redução da taxa básica de juros (a SELIC). A geração de empregos formais começou a dar sinais de melhora por volta de agosto/2020, porém de forma modesta.

Desde que houvesse um planejamento eficaz de curto, médio e longo prazos, utilizar parte das reservas internacionais poderia constituir uma alternativa positiva, porém, ao que tudo indica, a visão neoliberal da equipe econômica optou por ficar posicionada em dólares norte-americanos e repassar lucros do BACEN para o Tesouro do que buscar manter a economia mais próxima do equilíbrio no mercado de câmbio.

No Brasil, em certa medida, acredita-se que, ao deixar o dólar apreciando-se em relação ao real, o país pode ganhar com isso, pois, de certa maneira, isto pode facilitar o fluxo de exportação de mercadorias e serviços ao exterior.

4. A narrativa “saúde” versus “economia”

Antes de analisarmos propriamente a narrativa da existência de uma suposta contradição entre saúde e economia, devemos compreender que, sob a ótica econômica, não há um dilema. Se tivéssemos, desde o primeiro momento, implementado medidas preventivas e de isolamento no Brasil, muito provavelmente não teríamos números em torno de 150 mil mortos (por volta de 10/10/2020) nem mais de 5 milhões de infectados, desde o começo da pandemia. Não há uma estimativa oficial de gastos com tudo isso até o momento, porém pode-se inferir que os totais são elevados (bem maiores do que um isolamento social bem planejado, logo que se soube da pandemia), fora o custo social com o tratamento e a morte de tantas pessoas. Portugal, Finlândia e Alemanha foram muito bem-sucedidos neste tipo de planejamento preventivo.

De determinada maneira, logo após o início da pandemia, parecia existir um confronto entre “economia” e a “saúde pública” no Brasil. De um lado, a imprensa, governadores e a OMS – Organização Mundial de Saúde – utilizavam-se de campanhas baseadas no “fique em casa”, “ao sair de casa, use a máscara”, com base nos riscos de proliferação do vírus COVID-19. Do outro lado, estava o governo federal

Em 20/03/2020, o presidente da República – Jair Messias Bolsonaro – minimizou a gravidade da pandemia, ao mencionar que “depois da facada que levou em 2018, durante um ato eleitoral em Juiz de Fora (MG), não será uma "gripezinha" que irá derrubá-lo”⁷.

Por sua vez, diante de forte pressão social, o Ministro Paulo Guedes e os principais economistas de seu staff – em boa parte, apelidados de *Chicago Boys*⁸ –, precisaram tomar medidas governamentais bem pontuais, tais como a redução do compulsório, somadas a outras nada convencionais a governantes de orientação neoliberal, por exemplo: a liberação de auxílios emergenciais e de linhas destinadas a pagamentos parcial de salários de trabalhadores (condicionadas a não demissão de trabalhadores pelas empresas beneficiadas), no entanto, essas medidas – mesmo se juntarmos todas – continuam a ser consideravelmente limitadas, se comparadas com aquilo que a teoria de Keynes estabelece.

Em 03/04/2020, matéria jornalística do Valor Econômico – cujo título era “Interromper isolamento social antes do necessário é pior ainda para a economia, diz Itaú” – continha as seguintes reflexões:

Desrespeitar a recomendação de autoridades da saúde e revogar as medidas de isolamento social antes do necessário – como vêm defendendo alguns governadores, prefeitos e empresários – pode ser pior ainda para a atividade econômica, na avaliação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

No debate “Propostas para o Recomeço”, webinar promovido hoje pelo Valor em parceria com o Itaú, Maia e Mesquita concordaram que determinar qual será a duração do período de confinamento é competência de especialistas em saúde. (...)

Ex-diretor de Política Econômica do Banco Central, Mesquita disse que o pior cenário para a economia é um em que se interrompa o isolamento social de forma prematura. Com o contágio pelo novo coronavírus voltando a aumentar, as autoridades teriam que voltar atrás e impor o confinamento novamente mais à frente, o que derrubaria o PIB num momento em que já poderia estar havendo retomada.

“Isso pode ser mais negativo para a atividade do que enfrentar o processo agora”, alertou Mesquita. Na projeção oficial do banco, o PIB brasileiro vai recuar 0,7% em 2020, mas o economista não descarta retração maior. O tamanho da contração vai depender da velocidade da retomada no período pós-isolamento.⁹

7 Portal G-1, disponível em <<https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghtml>>, acesso em 05/10/2020.

8 Termo adaptado para o Brasil, a partir daquilo que ocorreu no Chile dos anos 1970, quando um grupo de economistas liberais – com mestrado ou doutorado concluído na Universidade de Chicago (nos Estados Unidos) – assumiu a área econômica por lá, tendo como objetivo impulsionar a iniciativa privada e seus negócios, diminuindo assim a participação do Estado chileno na economia.

9 Valor Econômico, RJ, disponível em <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/03/mesquita-pior-cenario-para-economia-e-suspender-isolamento-sem-ouvir-autoridades-de-saude.ghtml>>, acesso em 08/10/2020.

O economista-chefe do Itaú acrescentou que:

“Recessão nós teremos. A questão é ver o tamanho do baque”(…).

Já a taxa de desemprego do país, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, pode superar 12%, previu Mesquita. Ele ressaltou, no entanto, que é difícil mensurar o tamanho da desocupação nesta crise por causa do distanciamento social.

“A medida de desemprego pelo IBGE é a pessoa que está sem emprego e procurando emprego. Pode procurar emprego online, mas na rua... A coleta de dados fica prejudicada”. Em razão da disseminação da covid-19, o órgão suspendeu entrevistas domiciliares para a Pnad, mas a coleta de informações continua sendo feita por telefone.¹⁰

Maia, por sua vez, complementou com os questionamentos e ponderações a seguir:

“Todos nós precisamos seguir a orientação do ministro da Saúde [Luiz Henrique Mandetta]. Essas empresas vão pagar o isolamento dos idosos nas comunidades do Brasil todo? Vão pagar o isolamento das pessoas?” (...).

“Vamos garantir a mesma separação entre as famílias nas comunidades? Eles [os empresários] vão financiar isso?”.

Com o argumento de preservar a economia, o discurso favorável ao fim da quarentena partiu de dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de donos de cadeias de lojas que apoiam o presidente Jair Bolsonaro. O presidente vem defendendo a tese de que seria suficiente um isolamento “vertical”, restrito a grupos de risco.

(...) O presidente da Câmara criticou, ainda, quem se propõe a falar de medidas que combatem a contaminação que contrariem as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde. “Palpiteiro de crise que pode gerar mortes não me parece uma decisão adequada e responsável de qualquer um de nós”, afirmou.

(...) Ao Estado, cabe garantir condições para solvência das empresas e para que os brasileiros mais pobres consigam cumprir a determinação da pasta, defendeu.¹¹

10 Idem.

11 Idem.

Em sua matéria “Na pandemia, Bolsonaro privilegia a economia”, publicada em 25/05/2020, Valor Econômico traz informações sobre o governo:

A agenda pública do presidente Jair Bolsonaro nos dois meses do estado de calamidade pública causado pela covid-19 mostra que o foco na retomada da economia, com as medidas de saúde públicas deixadas em segundo plano, não é mero discurso do presidente. O ministro da Economia, Paulo Guedes, esteve em 34 reuniões com o presidente no período, quase 50% a mais do que os responsáveis pelo Ministério da Saúde.

Bolsonaro tem sido criticado pela falta de uma política nacional para combater a propagação do vírus. O presidente, que já minimizou os efeitos da covid-19, defende o “isolamento vertical”, apenas da população de risco, e prega a reabertura das empresas para não paralisar a economia. Após pressão pública, ele mudou o mote do governo para “preservar vidas e empregos”, mas mesmo assim manteve poucas reuniões com os ministros da área e nunca chegou a apresentar um plano concreto sobre como esse isolamento funcionaria.¹²

Já em 29/05/2020, em outra matéria jornalística –“IBGE: Crise econômica causada por covid-19 é diferente de todas anteriores” -, o Valor Econômico mencionava o seguinte:

A crise na economia causada pela pandemia do covid-19 é diferente de todas as outras crises econômicas na história do país, alertou Rebeca Palis, chefe do departamento de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ela fez o comentário ao falar sobre o recuo de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2020, ante os três meses anteriores. Foi o mais intenso desde segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Rebeca observou que, pela primeira vez na história recente do país, a economia sofre com choque de oferta e choque de demanda ao mesmo tempo.

Rebeca comentou que, pela ótica da produção, a atividade de serviços caiu 1,6% no primeiro trimestre deste ano, ante quarto trimestre de 2019. Ela comentou que esse setor representa mais de 70% do total do PIB. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 2%, na mesma comparação.¹³

A narrativa de que a economia deveria ser privilegiada, em detrimento da saúde, é algo que não se sustenta. A partir daí, pode-se efetuar uma análise com base em Algirdas Julien Greimas. A obra de Greimas nos leva a uma profunda reflexão sobre os contrários e

¹² Valor Econômico, RJ, disponível em <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/25/na-pandemia-bolsonaro-privilegia-a-economia.ghtml>>, acesso em 08/10/2020.

¹³ Valor Econômico, RJ, disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/29/ibge-crise-economica-causada-por-covid-19-diferente-de-todas-anteriores.ghtml>>, acesso em 08/10/2020.

subcontrários do discurso – e, por que não da vida? –, analisando os efeitos de sentido, as interações arriscadas existentes, as continuidades e possíveis ruptura. Para tanto, utiliza-se um “quadrado semiótico”¹⁴, onde estão o “ser”, o “parecer”, o “não-ser” e o “não-parecer” e, por consequência, analisando mentira, verdade, segredo e falsidade. Metodologicamente, a partir desse modelo inicial do quadrado semiótico, pode-se gerar outros quadrados ou mesmo uma elipse. Ana Claudia de Oliveira esclarece que:

A semiótica funda a concepção de texto como totalidade de sentido no conceito de relação – noção chave da organização e construção de todo objeto semiótico. Uma tipologia de relações é definida para o estudo dos textos. A base sintagmática é regida pela relação articulatória dos termos do tipo “e ... e”, um tipo de encadeamento que tem sustentação na relação de contraste. Detectando semelhanças e diferenças entre o que lhe é mostrado, o destinatário vai sendo envolvido sensivelmente, na medida em que sente o objeto visual. Na proporção em que essas apreensões avançam e os dados distintivos vão se acumulando, as impressões começam a ser orientadas umas em relação às outras, associando-se em grandezas por semelhança ou por diferença, o que vai tecendo as ligações que elas mantêm entre si no sintagma textual e gera a apreensão da globalidade constitutiva pela articulação das partes (OLIVEIRA, 2005, p. 111).

Tal como antecipado, unindo-se a teoria de Greimas com a teoria keynesiana, pode-se afirmar categoricamente que, se as pessoas ficassem inicialmente em isolamento social por algum tempo (evitando a contaminação em massa do vírus), e atendo-se estritamente aos efeitos econômicos desta questão, seria muito melhor a qualquer governo pagar para as pessoas ficarem em casa do que assumir os custos sociais e econômicos vinculados à proliferação exagerada do vírus com todos os tratamentos médicos decorrentes, todos os procedimentos de assepsia atualmente necessários (em larga escala) e as mortes de tantas pessoas. Isto posto, é falsa a alegação de que o isolamento social, até mesmo um lockdown momentâneo, prejudicaria sobremaneira a economia, dado que não tínhamos que nos prevenir com relação à contaminação pelo vírus.

Algumas perguntas ficam no ar, por exemplo: - Qual é o custo econômico e social da perda de tantas vidas humanas? E qual é o impacto dessas mortes sobre os aspectos psicológicos de seus parentes e amigos? E, se todos estivessem atuando presencialmente em seus ambientes de trabalho ou de estudo, quantos milhões teriam falecido?

Por mais que devamos ter em mente que o volume da “poupança” no Brasil fica bem longe do ideal, também é fato que o país dispõe de mais de USD 350 bilhões em reservas internacionais (que podem funcionar de forma similar a uma poupança da sociedade, porém mantida no exterior), portanto, parte desse recurso poderia ser utilizada para cobrir os

¹⁴ GREIMAS, 2013, p. 403.

gastos do governo com a proteção social dos mais vulneráveis diante do COVID-19. Para tanto, seria fundamental utilizar critérios muito precisos e claros de gestão, até porque o país tem um endividamento interno relevante, procedendo com muita transparência, responsabilidade e previsibilidade, mitigando os riscos de ataques especulativos (apenas como exemplo) via mercado financeiro.

5. Considerações finais

Reitera-se aqui que, acima de tudo, é fundamental defender a saúde e a vida. Em algum momento, será desenvolvida uma vacina específica para tratar os doentes, o que viabilizará uma atuação preventiva do Estado na área de saúde. Tudo isso é uma questão de tempo.

Até que isso ocorra, o Estado existe para isso. A população elege seus representantes para que a sociedade esteja suficientemente organizada para enfrentar toda e qualquer adversidade – mesmo uma pandemia como a do COVID-19. Os governantes eleitos não podem se eximir de suas responsabilidades. O que podem fazer é democraticamente compartilhar parte delas com outros representantes.

No Brasil, temas como o distanciamento ou isolamento social, o fechamento momentâneo de creches, escolas e universidades, construção de hospitais de campanha (provisórios), bem como campanhas de utilização de máscaras, acabaram sendo capitaneadas por governadores, prefeitos, imprensa e sociedade civil, em especial após o desligamento de Luiz Henrique Mandetta (ex-Ministro da Saúde).

Coube ao governo federal transferir recursos para Estados e municípios (destacadamente para o combate ao COVID-19 e para reforço da estrutura da área de saúde), viabilizar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês às pessoas enquadradas como “em situação de vulnerabilidade”, a viabilização de crédito bancário para pequenos negócios, entre outras ações. Apesar de se tratar de um volume considerável de recursos e de se tratarem de ações que poderiam ser enquadradas como “políticas anticíclicas” (ou, no caso, seria adequado considerá-las políticas de “proteção social”), isso não chegou nem perto dos mais de USD 350 bilhões disponíveis em reservas internacionais, que poderiam ter sido parcialmente utilizadas (desde que de maneira planejada e transparente).

Por fim, este é o primeiro de um conjunto de artigos a correlacionar estudos sobre a teoria keynesiana e a economia brasileira, mas pode-se afirmar que economizaríamos muito se protegêssemos a vida, reiterando-se que é incomensurável o impacto emocional, psicológico, sobre familiares ou amigos daqueles que vieram a óbito e sobretudo daqueles que permanecem doentes e/ou com sequelas.

Referências Bibliográficas

- BODIE, Zvi, KANE, Alex, MARCUS, Alan J. *Investments*. McGraw-Hill. New York: 2002.
- DAMODARAN, Aswath. *Avaliação de Investimentos – Ferramentas e Técnicas para determinação do valor de qualquer ativo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- DELFIN NETTO, Antonio (Coordenador). *O Brasil do Século XXI*. Editora Saraiva, 2011.
- DILLARD, D. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1971.
- DODL, Alessandra, BARROS, José Renato. *Desafios do Sistema Financeiro Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.
- DORNBUSH, Rudiger & FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. Editora McGraw-Hill. São Paulo: 1991 (5ª Edição).
- DREZNER, Daniel W. (2014). The System Worked: *Global Economic Governance during the Great Recession*. World Politics. doi:10.1017/S0043887113000348
- FILGUEIRAS, Claudio. *Manual de Contabilidade Bancária*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- GARRISON, Ray H. & NOREEN, Eric W. *Contabilidade Gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2001.
- GILPIN, Robert (2001). *Global Political Economy: understanding the international economic order*. Princeton University Press.
- GOERTZ, Gary. “ *Assessing the Trivialness, Relevance, and Relative Importance of Necessary or Sufficient Conditions in Social Science - Studies in Comparative International Development - Vol. 41, No. 2, 2006*.”
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*, tomo I. Trad. port. A. A. Lima et al., São Paulo, Editora Contexto, 2013.
- GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. Trad. A. C. de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- HARVEY, David. *A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX*. In: A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1998.
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.
- _____. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Charleston (USA): Classic Books America, 2009.
- _____. *Inflação e Deflação*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- KRALLINGER, Joseph. *Mergers & Acquisitions: Managing the transition*. New York: McGraw-Hill, 1997.
- KRUGMAN, Paul R, OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional*. São Paulo: Makron Books, 2010 (8ª Edição).
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Trad. E. Brandão. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- _____. *O olhar comprometido*, in Revista Galáxia, n. 2. Trad. A. C. de Oliveira, M. da Vinci de Moraes. São Paulo: PUC-SP, 2001, pp. 19-56.

_____. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. Trad. M. A. L. de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. *Interacciones arriesgadas*. Trad. D. Blanco. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial, 2009.

_____. "Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido", in Revista Galáxia, n. 27. São Paulo: PUC-SP, 2014, pp. 10-20.

LEKACHMAN, R. (Coord.). *Teoria Geral de Keynes - Trinta Anos de debates*. São Paulo: IBRASA, 1968.

OBSTFELD, Maurice & TAYLOR, Alan M. "International Monetary Relations: Taking Finance Seriously." *Journal of Economic Perspectives*, 2017.

OLIVEIRA, A. C. *Visualidade, entre significação, sensível e inteligível*. Educação & Realidade. 2005, Julho-Dezembro. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227042002>> em 06/06/2018. ISSN 0100-3143

PRADO Jr., C. P., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRASAD, Eswar S. and Rajan, R. G. (2008) *A Pragmatic Approach to Capital Account Liberalization*. *Journal of Economic Perspectives* Vol. 22 N. 3.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2014.

_____. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2015.

SAES, F. A. M. de, SAES, A. M., *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

Websites:

BACEN (Banco Central do Brasil): www.bcb.gov.br

Portal G1-Globo: www.g1.globo.com

IBGE: www.ibge.gov.br

VALOR ECONÔMICO: www.valor.globo.com